



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS TÉRMICAS DO TIPO MARMITEX, DESTINADAS A DIVERSAS SECRETARIAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

1.1.1 – O objeto, devidamente descrito neste Termo de Referência, será adquirido conforme a necessidade de gerenciamento da administração, mediante Ordem de Serviço, não estando esta, obrigada à aquisição de quantidades mínimas ou máximas.

II – DAS CARACTERÍSTICAS DA MARMITEX

2.1 – DA PORÇÃO: a marmitex deve ter peso final de aproximadamente 800 gramas, sendo: 250 gramas de arroz, 150 gramas de feijão, 200 gramas de carne e 200 gramas de guarnição.

2.2 - TIPOS DE CARNES:

2.2.1 – Carne Bovina: acém sem osso, alcatra, bisteca, contrafilé, coxão mole, cupim, lagarto, paleta, patinho e picanha.

2.2.2 – Carne Suína: bisteca, lombo e pernil.

2.2.3 – Carne de Frango: filé de peito, sobrecoxa e coxinha da asa.

2.2.4 – Carne de Peixe: filé ou cubos de pescado que não contenham espinhos e ossos.

2.3 - GUARNIÇÕES: purê de batata, virado de abobrinha, creme de milho, massas, creme de ervilha, etc.

2.4 - CARDÁPIO: as preparações devem apresentar variações, ou seja, deve haver controle de frequência a ser seguido;

2.5 - EMBALAGEM: a embalagem deve ser de alumínio, descartável, com fechamento a máquina ou isopor descartável, tamanho “G”, acompanhado de garfo e faca de plástico.

III – DA CERTIFICAÇÃO LEGAL E ATENDIMENTO A NORMAS LEGAIS

3.1 - O fornecimento de refeição deverá obedecer a portaria CVS nº 01 de 5 de agosto de 2017 e o Decreto nº 12.342 de 27 de Setembro de 1978, em seu Artigo 453.

3.2 - De acordo com o decreto que institui normas básicas sobre alimentos, os estabelecimentos onde são fabricados, preparados, beneficiados, acondicionados, transportados, vendidos ou depositados alimentos, devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará sanitário.

3.3 – A empresa fornecedora sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

3.4 – A empresa fornecedora deverá apresentar o alvará de funcionamento do estabelecimento espedido pela Vigilância Sanitária, não devendo ser provisório, conforme dispõe o subitem nº 7.13.7 do Edital.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



IV – DA ENTREGA

4.1 – ENTREGA: o objeto ora licitado deverá ser entregue conforme a necessidade da Secretaria Requisitante, após o recebimento da Ordem de Serviços, conforme disposições deste Edital e seus anexos.

4.1.1 - O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a Detentora da Ata de Registro de Preços protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.2) Quaisquer serviços extraordinários que forem necessários, somente poderão ser executados mediante a concordância desta municipalidade.

4.2 - LOCAL DE ENTREGA: nos locais discriminados na Ordem de Serviços a ser encaminhada pela Secretaria Requisitante.

4.3 – PERÍODO DE ENTREGA: a licitante vencedora da licitação deverá efetuar a entrega das refeições tipo marmiteix nos horários compreendidos entre 10:30 h às 12:30 h (período da manhã); e entre 18:30 h às 20:00 h (período noturno); ou em horário preestabelecido pela Secretaria Requisitante, nos locais a serem definidos na Ordem de Serviços, podendo ser mais de um lugar, de segunda a domingo.

4.4 - O objeto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte.

4.5 - A licitante vencedora deverá observar com rigor a qualidade inquestionável de seus produtos, em todas suas características.

4.5 - Caberá à Secretaria requisitante, atestar o recebimento do objeto deste certame, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, com um prazo máximo de 1 (uma) hora, para a substituição do objeto contrato em que se verifique irregularidade.

4.6 - As solicitações acontecerão de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante.

V – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – -A Contratada deverá cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1 - Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

5.1.2 - Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente suas devidas indicações.

5.1.3 - A contratada deverá obedecer rigorosamente os padrões de qualidade conforme normas da Vigilância Sanitária. A área de produção da alimentação deverá estar sempre limpa e higienizada.

5.1.4 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



5.1.5 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega, caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação.

5.1.6 - Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.1.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada, nas condições previstas neste Termo de Referência.

5.1.7 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.1.8 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.1.9 - Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

5.1.10 - A Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água e Esgoto não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

6.1 - Fornecer à detentora da Ata de Registro de Preços todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução do contrato.

6.2 - Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água e Esgoto, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ou entrega do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da detentora da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Permitir o acesso dos funcionários da detentora da Ata de Registro de Preços, quando da entrega com veículo na sede da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, desde que devidamente identificados.

6.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos do certame que a detentora da Ata de Registro de Preços entregar fora das especificações do edital e seus anexos.

6.5 - A execução da entrega será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Água/Esgoto, com atribuições específicas, devidamente designado pelo Ordenador de Despesas, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

6.6 – Fiscalizar: a fiscalização será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Birigui-SP e não exclui nem reduz a responsabilidade da Licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.7 - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Licitante vencedora.

6.7.1 - Estando o fornecimento em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização Administrativa e enviados Setor de Execução Orçamentária e Financeira do Município para o pagamento devido.

6.7.2 - Em caso de não-conformidade, a Contratada será notificada por escrito sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei 8.666/93, no que couber.

Termo de Referência de autoria e responsabilidade do Sr. Cleverson José de Souza – Secretário Municipal de Serviços Públicos, Água e Esgoto.